



COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

MANUAL DOS ACIONISTAS

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29/04/2026**

Fortaleza, 08 de abril de 2026.

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO
3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO
 - 3.1 PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL
 - 3.2 PARTICIPAÇÃO POR VOTO À DISTÂNCIA
4. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO
5. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual dos Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia Geral”) da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), a ser realizada em 29/04/2026.

Este documento, que contém todas as informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas, bem como as orientações para o exercício do direito de voto na respectiva Assembleia Geral, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Informamos, ainda, que o presente documento poderá ser atualizado caso haja qualquer complementação ou modificação nas informações aqui contidas, as quais serão devidamente divulgadas por meio de Comunicado ao Mercado a ser disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.enel.com>) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) via Empresas.Net.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer, participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral da Companhia.

Atenciosamente,

Marco Fadda
Presidente do Conselho de Administração

2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) será publicado no jornal O Povo nas edições de 08, 09 e 10 de abril.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

CNPJ nº 07.047.251/0001-70

NIRE nº 23300007891

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza - CE, CEP 60135-040, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

- I. Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório da Administração, dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
- II. Deliberação sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos;
- III. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2027; e
- IV. Caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei das S.A.

Informações Gerais:

A Assembleia será realizada de forma exclusivamente presencial e, para dela participar, os acionistas deverão apresentar (i) originais ou cópias dos seguintes documentos: a) **Pessoa física**: Documento de identidade válido com foto do acionista ou do procurador, neste caso deverá ser apresentado o instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamente aplicável; (b) **Pessoa Jurídica**: Documento de identificação com foto do(s) representantes(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e registrado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), devidamente registrada; e (c) **Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento**: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração); e (ii) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva

participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.

Não obstante o disposto acima, a apresentação de comprovante de propriedade das ações será dispensada pela Companhia, caso esta possa objetivamente verificar a titularidade das ações com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, incluindo aqueles que tenham sido transmitidos pelo depositário central (i.e. junto à B3) e pelo escriturador das ações de emissão da Companhia.

Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam enviados antecipadamente à sede da Companhia, ou, alternativamente, para o endereço de eletrônico assembleia.ce@enel.com ou para o endereço postal: Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da Administração Central, 2o andar, Centro, Fortaleza - CE, CEP 60135-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento ("AR") caso seja entregue por Correios ou courier.

Nos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que optou por realizar a Assembleia de modo presencial tendo em vista que essa modalidade: (a) foi adotada pela Companhia nos exercícios sociais anteriores; e (b) permite, de maneira mais adequada, as discussões e debates por parte dos acionistas presentes, bem como o contato direto com estes. Adicionalmente, os acionistas que não puderem comparecer à Assembleia poderão exercer plenamente seus direitos de voto por meio do envio dos boletins de voto a distância.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do envio de boletim de voto a distância cujo modelo foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.enel.com>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") por meio do sistema eletrônico disponibilizado na Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção "Serviços", clicando em "Assembleias em Aberto". Neste caso, o boletim de voto a distância devidamente preenchido e assinado, deverá ser recebido até 25/04/2026 (inclusive): (a) pelo BTG Pactual Serviços Financeiros ("BTG"), na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia; (b) por seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (c) pela B3, na qualidade de depositário central das ações de emissão da Companhia; ou (d) pela própria Companhia. Em caso de envio diretamente à Companhia, os acionistas deverão encaminhar o boletim de voto a distância, devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com a cópia dos documentos necessários, (i) para o endereço de e-mail assembleia.ce@enel.com; ou (ii) para o seguinte endereço postal: Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da Administração Central, 2o andar, Centro, Fortaleza - CE, CEP 60135-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia.

Ainda, na forma do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que: (i) para instalação do Conselho Fiscal é necessário o pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) de ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022; e (ii) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A.

Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia e/ou envio do BVD, nos termos da Resolução CVM 81, constam do respectivo Manual para Participação de



Acionistas que está disponível nos websites da Companhia (<https://ri.enel.com>), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Fortaleza, 08 de abril de 2026.

Marco Fadda
Presidente do Conselho de Administração

3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que optou por realizar a Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) de modo presencial tendo em vista que essa modalidade: (a) foi adotada pela Companhia nos exercícios sociais anteriores; e (b) permite, de maneira mais adequada, as discussões e debates por parte dos acionistas presentes, bem como o contato direto com estes. Adicionalmente, os acionistas que não puderem comparecer à Assembleia poderão exercer plenamente seus direitos de voto por meio do envio dos boletins de voto a distância (“BVD”).

Antes de abrirem-se os trabalhos da Assembleia, os acionistas ou os representantes dos acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares, conforme Artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações.

Para instalação da Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, é necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto. Em segunda convocação, a Assembleia será instalada com qualquer número de Acionistas.

A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, conforme artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que cópias dos documentos mencionados no presente manual e/ou no edital de convocação sejam entregues antecipadamente na sede da Companhia, ou, alternativamente, enviados para o endereço de eletrônico assembleia.ce@enel.com ou para o endereço postal: Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da Administração Central, 2o andar, Centro, Fortaleza - CE, CEP 60135-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier.

A Companhia solicita aos Acionistas, seus representantes legais e/ou seus procuradores que participarem presencialmente da Assembleia que compareçam ao local dos trabalhos com, no mínimo, 45 minutos de antecedência ao horário previsto para início da Assembleia, de modo que possam credenciar-se previamente junto à mesa e registrar sua presença.

3.2. Participação por Voto à Distância

O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do envio de BVD cujo modelo foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.enel.com>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) por meio do sistema eletrônico disponibilizado na Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clicando em “Assembleias em Aberto”.

Nos termos da Resolução CVM 81, caso haja divergência, com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, (i) entre eventual BVD recebido diretamente pela Companhia ou recebido pelo depositário central e a instrução de voto contida no mapa analítico do escriturador, a instrução de voto proveniente do escriturador prevalecerá, devendo o BVD recebido diretamente pela Companhia ou recebido pelo depositário central ser desconsiderado; ou (ii) entre eventual BVD recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa analítico de votação enviado pelo depositário central, a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do depositário central prevalecerá, devendo o BVD recebido

diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessárias, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. O acionista que já tenha enviado BVD poderá, se assim desejar, comparecer à Assembleia, hipótese em que poderá, se assim desejar, votar na Assembleia, situação em que todas as instruções de voto recebidas previamente por meio do BVD para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do BVD diretamente à Companhia, nos termos da Instrução Resolução CVM 81, deverá encaminhar os seguintes documentos por meio do endereço eletrônico assembleia.ce@enel.com ou para o seguinte endereço postal: Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da administração Central, segundo andar, Centro –Fortaleza - CE, CEP 60135-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier. Documentos a serem entregues:

- (i) via física do BVD com (a) todos os seus campos devidamente preenchidos; (b) todas as suas páginas rubricadas; e (c) a assinatura do acionista ou de seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, nos termos da regulamentação vigente;
- (ii) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.; e
- (iii) originais ou cópia dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - a) Acionista Pessoa Física: Documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.
 - b) Acionista Pessoa Jurídica: Documento de identificação com foto do(s) representantes(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração).
 - c) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração).

Não obstante o disposto acima, a apresentação de comprovante de propriedade das ações será dispensada pela Companhia, caso esta possa objetivamente verificar a titularidade das ações com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, incluindo aqueles que tenham sido transmitidos pelo depositário central (i.e. junto à B3) e pelo escriturador das ações de emissão da Companhia.

O BVD deverá ser recebido em até, no máximo, 4 (quatro) dias antes da data de realização da

respectiva assembleia, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81.

Uma vez recebidos o BVD e os documentos que o tiverem acompanhado, a Companhia comunicará o acionista acerca de sua aceitação ou não, neste caso, devidamente justificada, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do seu recebimento, nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81.

Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam entregues antecipadamente na sede da Companhia, ou, alternativamente, enviados para o endereço de eletrônico assembleia.ce@enel.com ou para o endereço postal: Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da Administração Central, 2o andar, Centro, Fortaleza - CE, CEP 60135-040, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier.

Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, pela B3, na qualidade de depositário central das ações de emissão da Companhia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia, o depositário central das ações ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Resolução CVM 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia, depositário central das ações ou para o escriturador em até 4(quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Depositário central:

O acionista poderá manifestar seu voto diretamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, pela Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clique em “Assembleias em Aberto”.

Instituição financeira contratada pela companhia para prestação dos serviços de escrituração:

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

E-mail: escrituracao.acao@btgpactual.com

Responsável: Bruna Nogueira

Tel: +551133833445

Endereço: Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP: 22250-040, cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

4. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO

Em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro

de 2002 (Código Civil), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Vale destacar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo 1º do artigo 126 Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da sociedade, acionista ou advogado (cf. Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). O procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Abaixo constam modelos de procuração e substabelecimento para mera referência do acionista. O acionista também poderá utilizar outras procurações que não a sugerida neste manual, desde que em acordo com o disposto na Lei nº 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

4.1 PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO OUTORGANTE)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº _____, emitido por _____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº _____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, nomeia (qualificação completa dos Outorgados), para representação da Outorgante na Assembleia Geral Ordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 11hs, para nelas proferir voto, de acordo com as instruções anexas a este instrumento de mandato. Os aqui Outorgados ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da respectiva ata e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito à assembleia aqui mencionada.

(local), (dia e mês) de 2026.

(assinatura)

ANEXO

(o acionista deve incluir as instruções de voto)

4.2. SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular, Eu, (qualificação completa do Procurador), substabeleço para (qualificação completa dos substabelecidos), os poderes a mim outorgados por **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO ACIONISTA)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº ____, emitido por ____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº _____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, para fins de representação da Outorgante nas Assembleia Geral Ordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 11hs, para nela proferir voto, de acordo com as instruções de voto anexas a este instrumento de mandato. Os aqui substabelecidos ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da respectiva ata e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito à assembleia aqui mencionada.

(local), (dia e mês) de 2026.

(assinatura)

ANEXO

(o acionista deve incluir as instruções de voto)

5. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Proposta da Administração relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, pelos Acionistas, na Assembleia, foram devidamente disponibilizados pela Companhia em 30 de março de 2026, na forma prevista na Resolução CVM 81, e podem ser acessados no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.enel.com>), nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Companhia Energética do Ceará – COELCE

Companhia aberta

CNPJ N.º 07.047.251/0001-70

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará (“Coelce” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada em 29 de abril de 2026, às 11 horas, na sede da Companhia, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza – CE.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1 - Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório da Administração, dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal

Em observância ao art. 133 da Lei 6404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e à Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM n.º 204, de 04 de junho de 2024 (“Resolução CVM 81”), a Administração da Companhia informa que foram divulgadas em 24 de fevereiro de 2026 nos websites da Companhia (<https://ri.enel.com>), da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), e foram publicados no jornal O Povo impresso e digital, em 9 de março de 2026, na forma prevista no art. 289 da Lei das S.A. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, Forvis Mazars Auditores Independentes e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Encontram-se no Anexo I do presente documento os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2025, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, conforme Anexo C, da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”).

2 - Deliberação sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025 e distribuição de dividendos:

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2025 um lucro líquido de R\$393.974.402,94 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e dois reais e noventa e quatro centavos), do qual, subtraído o montante de R\$121.402.541,46 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos) relativo a incentivo fiscal e de R\$19.698.720,15 (dezenove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e vinte reais e quinze centavos) referente à reserva legal, bem como acrescido o montante de R\$99.767,24 (noventa e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos) referente à reversão de dividendos prescritos, totalizou o lucro líquido ajustado no valor de R\$252.972.908,57 (duzentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Em face do exposto, a Administração propõe aos acionistas da Companhia que o lucro líquido ajustado de R\$252.972.908,57 (duzentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos) seja destinado da seguinte forma: (i) pagamento de dividendo obrigatório no valor de R\$63.243.227,14 (sessenta e três milhões, duzentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte e sete reais e quatorze centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado e (ii) o saldo remanescente, no valor de R\$189.729.681,43 (cento e oitenta e nove milhões, setecentos e vinte e nove mil,

seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), que deduzido o valor de R\$9.829.381,03 (nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e um reais e três centavos) correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), totaliza R\$179.900.300,40 (cento e setenta e nove milhões, novecentos mil, trezentos reais e quarenta centavos), o qual propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026, e, em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31 de dezembro de 2026, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 0,23918873 por ação ordinária, R\$ 1,48326563 por ação preferencial Classe “A” e R\$ 2,47210939 por ação preferencial classe “B”.

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 10º da referida Resolução (Anexo II).

3 - Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2027

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2027, será de até: R\$ 18.090.214,52 (dezoito milhões, noventa mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), dividida da seguinte forma:

- (i) Remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração: até R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais); e
- (ii) Remuneração máxima dos membros da Diretoria, entre rendimentos fixos e variáveis: até R\$ 17.658.214,53 (dezesete milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos), dos quais o montante de até R\$ 11.727.840,04 (onze milhões, setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais e quatro centavos) referem-se à remuneração fixa e o valor de até R\$ 5.930.374,48 (cinco milhões, novecentos e trinta mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) referem-se à remuneração variável.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme artigo 13 da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

4 – Caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas que desejarem indicar candidatos para o Conselho Fiscal poderão notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação do candidato. A Companhia recomenda ao acionista que deseja indicar candidato para o Conselho Fiscal que apresente o nome completo, qualificação, currículo profissional completo do candidato e demais informações requeridas no artigo 11 da Resolução CVM 81, bem como apresente a respectiva declaração desimpedimento, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 80.

Em caso de instalação do Conselho Fiscal, a Administração propõe, ainda, a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal no montante de até R\$ 292.306,69 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e seis reais e sessenta e nove centavos).

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal será o equivalente de 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 da seção

7 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM 81, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho Fiscal da Companhia, a saber:

Nome	Cargo
Jorge Parente Frota Junior	Membro Efetivo
Antonio Cleber Uchoa Cunha	Membro Efetivo
Antonio Cleto Gomes	Membro Suplente
Fernando Augusto Correia Cardoso Filho	Membro Suplente

A administração informa, ainda, que recebeu do acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, a indicação de candidatos para compor o Conselho Fiscal da Companhia, a saber:

Nome	Cargo
Marcos José Lopes	Membro Efetivo
André Luiz Amaral dos Santos	Membro Suplente

Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022 – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 2 do Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último exercício social, conforme tabela abaixo, o nível de endividamento da Companhia é confortável, e se mantém em patamares conservadores. A Companhia encerrou 2025 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,52 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA acumulado nos últimos 12 meses) em 3,00.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou 2025 em 2,90, um leve aumento em relação ao registrado no ano anterior (2,76).

Considerando o nível de alavancagem e os índices de liquidez, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 23 de dezembro de 2025, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', atualizando a perspectiva para negativa.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2025
Dívida Bruta / EBITDA	3,00
Dívida Líquida / EBITDA	2,90
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,52
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,51
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2025
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,51
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,55
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,03

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Financeiros Derivativos, presente tanto no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:
- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b. estrutura de capital

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida financeira líquida* / (dívida financeira líquida* + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2025
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	5.461.275
Capital de Terceiros = Dívida Financeira Líquida (R\$ mil)	5.649.010
TOTAL (R\$ mil)	11.110.285
Capital Próprio (%)	49,2%
Capital de Terceiros (%)	50,8%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2025, 49,2% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 50,8% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada e conservadora, denotando baixo risco de crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final de 2025, a Companhia cumpriu com todos os *covenants* financeiros assumidos em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo, indicando situação de liquidez e equilíbrio financeiro:

Scotiabank 4131 V, e 8ª 9ª, e 12ª emissões de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2025
Dívida Financeira Líquida*** + EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provisão para créditos. liquidação duvidosa e perdas com recebíveis)	Limite Máx. 3,50	2,57

*** Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Instrumentos Financeiros Derivativos subtraindo-se o Caixa e equivalente de caixa e os Títulos e valores mobiliários.

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

Ao final do exercício de 2025, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (demonstrado na tabela mais acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia, fechou 2025, medindo 2,57, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,5 para a 8ª, 9ª e 12ª emissão das debentures e para a operação de 4131 com o Scotiabank), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e, portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2025 as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa “Baixa Renda”; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); e (v) empréstimos *intercompany* realizados com sua controladora e com outras companhias sob o mesmo controle acionário.

Os diretores da Companhia esclarecem que os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura das necessidades de recursos financeiros, incluindo parte dos investimentos. Todavia, a Companhia geralmente busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para capital de giro e realização de investimentos.

No exercício de 2025, foram captados recursos nos montantes de R\$ 1.000.000 mil com emissão de debêntures, para o reperfilamento de dívidas e implementação de programas de investimentos. Adicionalmente, foram captados R\$ 70.486 mil oriundos de operações *intercompany* e R\$ 260.000 mil oriundos de cédulas de crédito bancário, para financiar capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 100 milhões. Adicionalmente, a Companhia tem acesso direto a linha de crédito compartilhada, contratada pela Enel Brasil com banco de primeira linha, no valor máximo de R\$ 400 milhões para a distribuidora. A Companhia possui ainda autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, no valor de até R\$ 4.500 milhões, conforme Despachos de Nº 1.951/24 e Nº 1.517/25.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências da Aneel.

Também para capital de giro, a Companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência de seu bom perfil de riscos financeiros.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, tais como BNDES, Banco do Nordeste e outras entidades de fomento, quando disponíveis, como SUDENE, e, também a emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2025
Moeda Estrangeira	
SCOTIABANK 4131 - COELCE V (b)	249.504
Total Moeda Estrangeira	249.504
Moeda Nacional	
Financiamentos	191
FINEP (d)	191
Empréstimos	372.151
BNB II (a)	111.854
ITAU CCB (c)	260.297
Empréstimos com Partes Relacionadas	2.562.929
Mútuos Enel BR e CDSA (e)	2.562.929
Total Moeda Nacional	2.935.271
Total Moeda Nacional	2.935.271
Total de Empréstimos e Financiamentos	3.184.775
Instrumentos financeiros derivativos	(39.296)
Total de Empréstimos e Financiamentos	3.145.479
Circulante	714.630
Não Circulante	2.430.849
	3.145.479

Características das operações financeiras:

Refer.	Descrição	Valor de ingresso (R\$ Mil)	Data da emissão ou repactuação	Vencimento	Taxa contratual (a.a.)	Pagamentos juros (Periodicidade)	Amortização do principal (Periodicidade)	Finalidade	Garantia
a.	BNB II	R\$340.351	11/10/2018	15/04/2028	IPCA + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária Conta Reserva Cessão fiduciária
b.	SCOTIABANK 4131 - V	R\$230.000	23/09/2022	23/09/2026	USD + 5,45% a.a	Anual	Bullet	Capital de giro	N/A
c.	ITAU CCB	R\$260.000	19/11/2025	27/02/2026	CDI + 0,50% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	Enel Brasil
d.	FINEP	R\$663	17/04/2020	15/01/2030	TJLP + 1 % a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
e.	Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	R\$90.507	15/03/2023	14/03/2027	CDI + 0,94% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	R\$156.047	20/04/2023	19/04/2027	CDI + 0,96% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	R\$25.164	25/04/2023	24/04/2027	CDI + 0,96% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XIX	R\$40.225	17/11/2023	16/11/2027	CDI + 0,88% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XX	R\$60.328	21/11/2023	20/11/2027	CDI + 0,88% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXI	R\$40.302	10/01/2024	09/01/2028	CDI + 0,81% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXII	R\$26.196	18/01/2024	17/01/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	R\$94.713	22/01/2024	21/01/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	R\$23.175	25/01/2024	24/01/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXV	R\$151.132	14/03/2024	13/03/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	R\$20.151	15/03/2024	14/03/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	R\$141.057	20/03/2024	19/03/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	R\$25.189	22/03/2024	21/03/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	R\$20.151	28/03/2024	27/03/2028	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXX	R\$372.792	14/05/2024	06/04/2028	CDI + 1,06% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	R\$110.835	20/05/2024	25/06/2026	CDI + 0,84% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXXII	R\$120.911	15/10/2024	14/10/2028	CDI + 0,57% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXXIII	R\$30.226	16/10/2024	15/10/2028	CDI + 0,57% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXXIV	R\$100.759	21/10/2024	20/10/2028	CDI + 0,56% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
	Mútuo Coelce - Enel BR XXXV	R\$282.113	24/10/2024	23/10/2028	CDI + 0,56% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVI	R\$20.152	21/11/2024	20/11/2028	CDI + 0,74% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A	
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVII	R\$30.228	23/12/2024	22/12/2028	CDI + 0,69% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A	
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVIII	R\$50.377	20/02/2025	19/02/2029	CDI + 0,75% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A	
	Mútuo I Coelce - CDSA	R\$20.109	20/02/2025	20/02/2026	CDI + 0,25% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização anual distribuída da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Emprést. e Financ. - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2025
2027	905.836
2028	1.516.624
2029	50.423
2030	4
	2.472.887

Debêntures

Saldo das debêntures emitidas pela Companhia (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2025
1ª Série - 8ª emissão	648.861
9ª emissão - Série Única	1.023.241
1ª Série 12ª emissão	498.732
2ª Série 12ª emissão	517.421

Total sem efeito de swap	2.688.255
Circulante	1.041.840
Não Circulante	1.646.415
	2.688.255

Características das emissões:

Características	8ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de maio de 2022
Vencimento Inicial	15 de maio de 2032
Vencimento Final	15 de maio de 2032
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,21% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	3 parcelas
Data das amortizações	2030, 2031 e 2032

Características	9ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	950.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	10 de janeiro de 2023
Vencimento Inicial	10 de janeiro de 2026
Vencimento Final	10 de janeiro de 2026
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 1,48% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Parcela única
Data das amortizações	2026

Características	12ª Emissão 1ª Série	12ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária

Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	500.000 debêntures simples	500.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de maio de 2025	15 de maio de 2025
Vencimento Inicial	15 de maio de 2025	15 de maio de 2025
Vencimento Final	15 de maio de 2029	15 de maio de 2030
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 1,10% a.a	IPCA + 7,90% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	Parcela única	Parcela única
Data das amortizações	2029	2030

8ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de maio de 2022, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia.

A 8ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de maio de 2022, com 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 600.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures contam com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA+ 6,21% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 3 parcelas, nas datas de vencimento de 15 de maio de 2030, 15 de maio de 2031 e 15 de maio de 2032.

9ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de janeiro de 2023, foi aprovada a 9ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o refinanciamento e reforço da Companhia.

A 9ª emissão de debêntures foi realizada em 10 de janeiro de 2023, com 950.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 950.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures não possuem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 1,48% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em parcela única, na data de vencimento de 10 de janeiro de 2026.

12ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de maio de 2025, foi aprovada a 12ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o reperfilamento de dívidas e a implementação de programas de investimentos da Companhia.

A 12ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de maio de 2025, com 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 1.000.000.000,00 colocadas através de

oferta pública de distribuição.

As debêntures da primeira emissão não possuem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 1,10% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em parcela única, na data de vencimento de 15 de maio de 2029. Já as debêntures da segunda emissão serão atualizadas pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com remuneração de IPCA + 7,90% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em parcela única, na data de vencimento de 15 de maio de 2030.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2025
2027	(5.408)
2028	(5.408)
2029	494.592
2030	734.317
Após 2030	428.322
	1.646.415

Composição dos empréstimos e financiamentos e debêntures, por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financiamento e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2025	%
Moeda nacional		
Taxa Fixa	-21.480	-0,37%
TJLP	191	0,00%
CDI	5.698.384	97,68%
IPCA	156.639	2,69%
USD SOFR	0	0,00%
Total	5.833.734	100,00%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo com os bancos Itaú (CCB) e Scotiabank (operações de 4131) e BANCO DO NORDESTE.

Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e, também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas;

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2025, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do Banco do Nordeste.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, conforme descrito no item 2.1c desse formulário, a saber: Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 3,5.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Pelos contratos de financiamento com Banco do Nordeste (BNB), há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de default pecuniário com estes contratos.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Nos contratos BNB, há obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia, assim como nas debêntures, em casos específicos.

- Vencimento antecipado cruzado (cross acceleration):

Os principais contratos de financiamento de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Valores em R\$ mil

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2025
1ª Série - 8ª emissão	648.861
9ª emissão - Série Única	1.023.241
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	249.504
1ª Série 12ª emissão de debentures	498.732
2ª Série 12ª emissão de debentures	517.421
Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)	2.937.759
Dívida Bruta Total (b)	5.833.734
(a)/(b)	50%

- Protesto de Títulos:

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (covenants financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento, considerando projeções em condições normais de mercado. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia. A Companhia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2025):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Data de contratação	Desembolso em 2025	Desembolso total	Garantias
Empréstimos						
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVIII	Capital de giro	50.377	20/02/2025	100%	100%	N/A
12ª Emissão de Debêntures 1ª Série	Reperfilamento de dívidas	500.000	27/05/2025	100%	100%	Enel Brasil
12ª Emissão de Debêntures 2ª Série	Implementação de programas de investimento	500.000	27/05/2025	100%	100%	Enel Brasil

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia desembolsou R\$ 50.377 mil de recursos contratados junto a controladores diretos e indiretos, para financiar capital de giro, e R\$ 1.000.000 de recursos captados via emissão de debêntures, para reperfilamento de dívidas e financiamento de programas de investimento. Além disso, todas as contratações aqui mencionadas são com prazo de vencimento acima de 12 meses.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	31.12.2025	Análise vertical (%)	31.12.2024	Análise vertical (%)	Variação
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	393.974	100%	464.914	100%	(70.940)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais					
Depreciação e amortização	603.555	153,20%	646.208	139,00%	(42.653)
Variações cambiais da dívida	(42.448)	-10,77%	267.126	57,46%	(309.574)
Marcação a mercado da dívida	(10.615)	-2,69%	(107.874)	-23,20%	97.259
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	42.456	10,78%	(210.368)	-45,25%	252.824
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	11.063	2,81%	93.283	20,06%	(82.220)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(303.325)	-76,99%	(306.046)	-65,83%	2.721
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	64.406	16,35%	23.306	5,01%	41.100
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	53.189	13,50%	77.205	16,61%	(24.016)
Perda de recebíveis de clientes	132.828	33,71%	117.774	25,33%	15.054
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	34.807	8,83%	-	0,00%	34.807
Atualização monetária de processos judiciais	113.837	28,89%	38.914	8,37%	74.923
Provisões para processos judiciais e outros riscos	74.752	18,97%	78.404	16,86%	(3.652)
Juros sobre obrigações de arrendamento	18.198	4,62%	8.243	1,77%	9.955
Juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	713.083	181,00%	531.684	114,36%	181.399
Juros sobre operações com instrumento derivativo	87.618	22,24%	55.768	12,00%	31.850
Benefício pós-emprego	14.120	3,58%	11.686	2,51%	2.434
Baixa de ativo intangível	1.788	0,45%	3.899	0,84%	(2.111)
Baixa de ativo imobilizado	-	0,00%	667	0,14%	(667)
Custo de transação	5.189	1,32%	11.010	2,37%	(5.821)
Geração distribuída	52.635	13,36%	109.749	23,61%	(57.114)
Tributos e contribuições sociais diferidos	195.685	49,67%	45.656	9,82%	150.029
Redução (aumento) dos ativos					
Contas a receber de clientes	(136.919)	-34,75%	(173.463)	-37,31%	36.544
Ativo financeiro setorial	(64.406)	-16,35%	5.678	1,22%	(70.084)
Créditos a receber - subvenção e outros	8.501	2,16%	(207.240)	-44,58%	215.741
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(229.017)	-58,13%	(132.827)	-28,57%	(96.190)
Outros tributos compensáveis	85.760	21,77%	290.513	62,49%	(204.753)
Depósitos vinculados	(2.866)	-0,73%	(8.586)	-1,85%	5.720
Serviços em curso	(18.256)	-4,63%	(385)	-0,08%	(17.871)
Outros créditos	(23.255)	-5,90%	47.788	10,28%	(71.043)
Redução (aumento) dos passivos					
Fornecedores	619.073	157,14%	163.799	35,23%	455.274
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.589	4,97%	94.309	20,29%	(74.720)
Outras obrigações fiscais	31.561	8,01%	(14.943)	-3,21%	46.504
Salários, provisões e encargos sociais	4.096	1,04%	22.694	4,88%	(18.598)
Consumidores - desconto CDE	152.344	38,67%	-	0,00%	152.344
Encargos setoriais	62.556	15,88%	(9.939)	-2,14%	72.495
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	(62.484)	-15,86%	62.316	13,40%	(124.800)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(248.483)	-63,07%	(48.148)	-10,36%	(200.335)
Passivo financeiro setorial	8.124	2,06%	313.947	67,53%	(305.823)

Outras obrigações	(2.311)	-0,59%	79.148	17,02%	(81.459)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(326.241)	-82,81%	(411.081)	-88,42%	84.840
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(22.037)	-5,59%	(7.910)	-1,70%	(14.127)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(119.440)	-30,32%	(98.871)	-21,27%	(20.569)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(19.589)	-4,97%	(94.309)	-20,29%	74.720
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(8.432)	-2,14%	(8.146)	-1,75%	(286)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(65.536)	-16,63%	(77.062)	-16,58%	11.526
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.899.127	482%	1.748.490	376,09%	150.637
Atividades de investimentos					
Adições para ativo imobilizado	(76.315)	-19,37%	(55.315)	-11,90%	(21.000)
Adições para ativo contratual	(2.053.277)	-521,17%	(1.493.793)	-321,31%	(559.484)
Consumidores participação financeira	95.150	24,15%	-	0,00%	95.150
Títulos e valores mobiliários	(51)	-0,01%	97.450	20,96%	(97.501)
Cauções e depósitos	(3.056)	-0,78%	(2.098)	-0,45%	(958)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(2.037.549)	-517%	(1.453.756)	-312,69%	(583.793)
Atividades de financiamentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0,00%	580.580	124,88%	(580.580)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.480.487	375,78%	1.610.080	346,32%	(129.593)
Captação de debêntures	1.000.000	253,82%	-	0,00%	1.000.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(2.184.401)	-554,45%	(462.772)	-99,54%	(1.721.629)
Pagamento de debêntures (principal)	(197.700)	-50,18%	(1.846.161)	-397,10%	1.648.461
Custo de debêntures (custos de transação e prêmios)	(11.814)	-3,00%	-	0,00%	(11.814)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(29.544)	-7,50%	(22.170)	-4,77%	(7.374)
Pagamento de dividendos	(27.890)	-7,08%	(20.860)	-4,49%	(7.030)
Pagamento (recebimento) de instrumento financeiro derivativo (principal)	79.358	20,14%	(15.972)	-3,44%	95.330
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	108.496	27,54%	(177.275)	-38,13%	285.771
Variação no caixa líquido	(29.926)	-7,60%	117.459	25,26%	117.459
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	214.124	54,35%	96.665	20,79%	117.459
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	184.198	46,75%	214.124	46,06%	214.124

Explicações das principais variações significativas das demonstrações dos fluxos de caixa:

- Redução na linha de depreciação e amortização devido à um efeito extraordinário realizado no exercício de 2025, relacionado à revisão do prazo de amortização dos ativos.
- Variação nas linhas de "Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa", "Perda de recebíveis de clientes" aumento devido ao crescimento da dívida de clientes vencida há mais de cinco anos.
- "Perda por redução ao valor recuperável dos ativos", explicada principalmente pela constituição de provisão não operacional relacionada à baixa de ativo em construção.
- Variação na linha de "impostos diferidos" explicado em grande parte por um impacto positivo relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indêbitos tributários em 2024.
- Variação na linha de "Títulos e valores mobiliários" refere-se a resgate do saldo no fundo exclusivo por estratégia de caixa.
- O crescimento na linha de "Adições para Ativo Contratual" é decorrente do maior volume de investimentos em melhoria e manutenção de rede.
- Variação na linha de "Captação de debêntures" justificadas pela captação de novas debêntures em 2025.
- Variação na linha de "Pagamentos de debêntures (principal)" justificadas por amortizações das debêntures vincendas em 2025.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2025		Exercício findo em 31/12/2024		Var. % 2025 x 2024
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Receita Bruta	12.928.174	100,00%	11.814.163	100,00%	9,43%
Fornecimento de energia elétrica	7.978.376	61,71%	8.420.297	65,13%	-5,25%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-31.764	-0,25%	-52.831	-0,41%	-39,88%
Ativos e passivos financeiros setoriais	557.584	4,31%	-85.454	-0,66%	-752,50%
Subvenção Baixa Renda	654.942	5,07%	506.159	3,92%	29,39%
Subvenção de recursos da CDE	506.699	3,92%	404.495	3,13%	25,27%

Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	732.211	5,66%	604.179	4,67%	21,19%
Receita de Construção	1.958.107	15,15%	1.497.096	11,58%	30,79%
Marcação a mercado de ativo indenizável	303.325	2,35%	306.046	2,37%	-0,89%
Outras Receitas	268.694	2,08%	214.176	1,66%	25,45%
Deduções da Receita	-3.755.702	-29,05%	-3.372.034	-26,08%	11,38%
ICMS	-1.759.771	-13,61%	-1.703.556	-13,18%	3,30%
COFINS	-691.069	-5,35%	-641.667	-4,96%	7,70%
PIS	-150.035	-1,16%	-139.309	-1,08%	7,70%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-67.736	-0,52%	-65.640	-0,51%	3,19%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-749.882	-5,80%	-673.958	-5,21%	11,27%
Encargos do consumidor - CCRBT	-319.560	-2,47%	-131.021	-1,01%	143,90%
Outros impostos e contribuições a receita	-17.649	-0,14%	-16.883	-0,13%	4,54%
Receita Operacional Líquida	9.172.472	70,95%	8.442.129	65,30%	8,65%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.793.523	-60,28%	-7.208.791	-55,76%	8,11%
Custos e despesas não gerenciáveis	-3.926.008	-30,37%	-3.867.324	-29,91%	1,52%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.218.173	-24,89%	-3.037.678	-23,50%	5,94%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-707.835	-5,48%	-829.646	-6,42%	-14,68%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.867.515	-29,92%	-3.341.467	-25,85%	15,74%
Pessoal	-243.999	-1,89%	-207.418	-1,60%	17,64%
Material e Serviços de Terceiros	-825.825	-6,39%	-751.894	-5,82%	9,83%
Depreciação e Amortização	-565.957	-4,38%	-612.609	-4,74%	-7,62%
Custos de Desativação de Bens	0	0,00%	0	0,00%	n/a
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-53.189	-0,41%	-77.205	-0,60%	-31,11%
Perda de recebíveis de clientes	-132.828	-1,03%	-117.774	-0,91%	12,78%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-68.788	-0,53%	-70.780	-0,55%	-2,81%
Custo de Construção	-1.958.107	-15,15%	-1.497.096	-11,58%	30,79%
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	88.964	0,69%	73.199	0,57%	21,54%
Outras Despesas Operacionais	-72.979	-0,56%	-79.890	-0,62%	-8,65%
EBITDA	1.944.906	15,04%	1.845.947	14,28%	5,36%
EBIT	1.378.949	10,67%	1.233.338	9,54%	11,81%
Resultado Financeiro	-965.296	-7,47%	-737.760	-5,71%	30,84%
Receita Financeira	300.315	2,32%	240.629	1,86%	24,80%
Renda de aplicação financeira	26.310	0,20%	19.151	0,15%	37,38%
Juros e atualização monetária sobre imp pontualidade de clientes	59.047	0,46%	58.088	0,45%	1,65%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	76.335	0,59%	40.266	0,31%	89,58%
Dívida - Marcação a mercado	20.601	0,16%	107.874	0,83%	-80,90%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	9.205	0,07%	2.923	0,02%	214,92%
Outras receitas financeiras	122.289	0,95%	19.528	0,15%	526,22%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-13.472	-0,10%	-7.201	-0,06%	87,09%

Despesas financeiras	-1.262.762	-9,77%	-976.076	-7,55%	29,37%
Encargos de dívida, debentures e custos de transação	-676.406	-5,23%	-542.694	-4,20%	24,64%
Encargos fundo de pensão	-13.222	-0,10%	-10.458	-0,08%	26,43%
Varição monetária de ativos e passivos setoriais	-140.741	-1,09%	-63.572	-0,49%	121,39%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-113.837	-0,88%	-38.914	-0,30%	192,53%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-107.886	-0,83%	-151.974	-1,18%	-29,01%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	-15.081	-0,12%	-13.758	-0,11%	9,62%
Marcação a mercado de Dívida	-9.986	-0,08%	0	0,00%	n/a
Variações monetárias debêntures	-41.866	-0,32%	-56.734	-0,44%	-26,21%
Outras despesas financeiras	-143.737	-1,11%	-97.972	-0,76%	46,71%
Variações Cambiais	-2.849	-0,02%	-2.313	-0,02%	23,17%
Variações cambiais - Empréstimos	42.448	0,33%	-210.393	-1,63%	-120,18%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	-42.456	-0,33%	210.368	1,63%	-120,18%
Outras Variações Cambiais	-2.841	-0,02%	-2.288	-0,02%	24,17%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	413.653	3,20%	495.578	3,83%	-16,53%
Tributos e Outros	-19.679	-0,15%	-30.664	-0,24%	-35,82%
IR e CSLL	-141.082	-1,09%	-63.236	-0,49%	123,10%
Incentivo fiscal SUDENE	121.403	0,94%	32.572	0,25%	272,72%
Lucro Líquido do Período	393.974	3,05%	464.914	3,60%	-15,26%

Comparativo do Resultado de 2025 x 2024

Desempenho Operacional Mercado de Energia

A Companhia encerrou 2025 com um aumento de 3,0% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados no mesmo período em 2024. No mercado cativo, o crescimento é atribuído principalmente à classe residencial convencional. A queda observada nas classes Industrial e Rural é atribuída principalmente ao efeito da migração de tais clientes para o mercado livre. Já o mercado livre continuou em trajetória de crescimento com alta de +59,3% no período comparado com o total de consumidores livres efetivos faturados em 2024, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e melhora do cenário econômico.

A venda de energia no mercado cativo totalizou 9.891 GWh em 2025, redução de 3,9% frente ao volume registrado no 2024 (10.297 GWh), reflexo principalmente da migração de clientes convencionais para Geração Distribuída e migração das classes Industrial e Comercial para o Mercado Livre. Já volume de energia para os clientes livres, totalizou 3.961 GWh em 2025, representando um aumento de 18,2% em comparação a 2024. Tal aumento é atribuído, principalmente, pelo aumento do número de clientes em todas as classes.

O avanço foi reforçado pelo crescimento econômico da região, que contribuiu para o crescimento do consumo do segmento comercial e industrial em setores diversos, tais como bebidas, borracha/plástico e alimentos, metalurgia e têxtil.

Indicadores Operacionais

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No ano de 2025 o DEC apresentou uma queda de 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando novamente abaixo do limite regulatório que é de 9,47. Já o FEC

em 2025 apresentou uma alta de 7,4% em relação à 2024.

A melhoria observada no indicador de qualidade DEC reflete, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam:

- Digitalização da rede, com aumento dos equipamentos tele controlados;
- Substituição de cabos de média e alta tensão;
- Plano de melhoria do TMA (Tempo Médio de Atendimento);
- Projeto de primarização (*insourcing*) das equipes de emergência, poda e manutenção;
- Execução dos serviços preventivos de poda (11% maior que 2024) e manutenções preventiva (34% maior que 2024).

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) permaneceram praticamente em linha com o mesmo período do ano anterior, atingindo 17,83% em 2025 versus 17,78% em 2024.

Em relação ao índice de arrecadação, a companhia atingiu 98,86% em 2025 contra 98,51% em 2024, apresentando um crescimento de 0,35 p.p no período e atingindo o patamar mais alto em 5 anos. A companhia tem realizado com êxito atividades de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto. A Distribuidora também tem intensificado com eficiências as ações de cobrança administrativas como envio de SMS, URA, contato humano e inclusão nos órgãos de restrição de crédito.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará registrou crescimento de 8,7% em 2025 em relação ao mesmo período do ano passado. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, em 2025, atingiu o montante de R\$ 7,2 bilhões, aumento de R\$ 269,3 milhões em relação a 2024, cujo montante foi de R\$ 6,9 bilhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 643,0 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial relacionado principalmente ao aumento do custo de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas no período;
- Aumento de R\$ 148,8 milhões na rubrica de subvenções baixa renda relacionado aos efeitos da MP 1300/2025, que implementou desconto de 100% na conta de luz para famílias de baixa renda que consomem até 80 kWh por mês, a partir de julho de 2025;
- Aumento de R\$ 128,0 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe;
- Aumento de R\$ 102,2 milhões na subvenção de recursos da CDE, em decorrência do incremento das cotas homologadas na última revisão tarifária;

Compensado parcialmente pela:

- Redução de R\$ 441,9 milhões na rubrica de fornecimento de energia elétrica – mercado cativo em comparação a 2024, explicado pelo efeito da migração de classes para o mercado livre, além da menor tarifa em vigor durante 2025 versus 2024 (tarifa média de -2,28% em 2025 vs. -1,34% em 2024);
- Aumento nas deduções da receita em 2025, na ordem de 11,4% ou R\$ 383,7 milhões versus 2024, sendo o principal efeito relacionado ao aumento de R\$ 188,5 milhões na rubrica referente a encargos do consumidor - CCRBT em função da vigência predominante da bandeira vermelha na maior parte dos meses de 2025 versus a predominância da bandeira verde em 2024.

Custo do Serviço/Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2025 versus 2024 apresentaram uma alta de 8,1% ou R\$ 584,7 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 5,8 bilhões, representando um aumento de 2,2% ou R\$ 123,7 milhões em relação ao valor registrado no mesmo período no ano anterior (R\$ 5,7 bilhões).

No acumulado do ano, os custos e despesas não gerenciáveis totalizaram R\$ 3,9 bilhões, resultado 1,5% ou R\$ 58,7 milhões superior em relação ao mesmo período em 2024 em razão do aumento de R\$ 180,5 milhões na rubrica relacionada a compra de energia elétrica para revenda. Tal fato decorre do aumento no custo de energia em 2025 vs. 2024, compensado parcialmente por uma redução de R\$ 121,8 milhões nos custos relacionados aos encargos do uso do sistema de transmissão.

Os custos e despesas gerenciáveis em 2025, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R\$ 65,0 milhões ou 3,5% versus 2024, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$ 73,9 milhões na linha de materiais e serviços de terceiros explicado pelo aumento no número de podas (mais de 420 mil podas realizadas até dezembro de 2025), ações de manutenção corretiva, além do reajuste no preço dos contratos com as empresas parceiras;
- Aumento de R\$ 83,2 milhões na rubrica de despesa de pessoal em função do projeto *insourcing* que visa o aumento da contratação de colaboradores próprios, além do pagamento do bônus anual, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 46,6 milhões da capitalização de pessoal, resultando em um aumento líquido de R\$ 36,6 milhões na despesa de pessoal como um todo;
- Aumento de R\$ 34,8 milhões na rubrica de perda por redução ao valor recuperável de ativos, decorrente da avaliação das expectativas de recuperação econômica de determinados projetos em execução, classificados como obras em curso, conforme detalhado na Nota Explicativa 12.1.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia;

Tais efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 46,7 milhões na linha de depreciação e amortização devido à um efeito extraordinário realizado em dezembro, relacionado à revisão do prazo de amortização dos ativos, onde tais prazos foram estendidos, contribuindo para redução da rubrica, nota explicativa 12.3 das Demonstrações Financeiras (critério de amortização). Destaca-se que esse efeito será observado ao longo de 2026, até sua anualização no 4T26;
- Aumento de R\$ 15,8 milhões na rubrica de receita de multas por impontualidade de clientes relacionado a maior arrecadação de contas em atraso;
- Redução de R\$ 9,0 milhões nas rubricas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda de recebíveis explicada pela efetividade nas ações de cobrança, em particular com o poder público (B2G), além da recuperação de dívidas antigas de uso compartilhado de postes, que compensou o maior volume de *write-off* de cobranças relacionadas ao período da pandemia, que ultrapassaram o período de cinco anos;

EBITDA

O EBITDA da Enel Ceará no 2025 atingiu o montante de R\$ 1,9 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 99,0 milhões em relação a 2024. O aumento do EBITDA é explicado pelo aumento da margem, puxado pelo crescimento das linhas do ativo financeiro setorial, subvenção baixa renda e CDE e TUSD para o mercado livre.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 2025 com uma despesa líquida de R\$ 965,3 milhões, representando um aumento de R\$ 227,5 milhões em relação a 2024. Esta variação é em decorrência, principalmente, de:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 165,7 milhões nas rubricas de dívida (dívida marcação a mercado, instrumento financeiro derivativo – hedge/swap, encargos de dívidas, debentures e custo de transação, variações monetárias debentures, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI (14,90% 2025 vs. 12,15% 2024) em conjunto com um aumento no volume de dívida contratada entre os períodos analisados;
- Aumento de R\$ 74,9 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relacionado ao aumento de processos cíveis no período;
- Aumento líquido de despesa no valor de R\$ 41,1 milhões nas rubricas de variação monetária de ativos

financeiros setoriais.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Aumento na rubrica de outras receitas financeiras no valor de R\$ 102,8 milhões em função, principalmente, do aumento na atualização de créditos tributários.

Resultado Líquido

O resultado líquido da Enel Ceará registrou lucro líquido de R\$ 394,0 milhões no 2025, representando uma redução de R\$ 70,9 milhões em relação a 2024, explicado principalmente pelo aumento da despesa financeira, conforme mencionado anteriormente.

Endividamento e Liquidez

A dívida bruta da Companhia encerrou 2025 em R\$ 5.833 milhões, um aumento de R\$ 525 milhões em relação a 2024. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, às novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 2.480 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 801 milhões, parcialmente compensados por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 2.303 milhões e R\$ 446 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 7 milhões.

A Companhia encerrou 2025 com o custo médio da dívida de 15,28% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 100 milhões. Adicionalmente, a Companhia tem acesso direto a linha de crédito compartilhada, contratada pela Enel Brasil com banco de primeira linha, no valor máximo de R\$ 400 milhões para a distribuidora. A Companhia possui ainda autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, no valor de até R\$ 4.500 milhões, conforme Despachos de Nº 1.951/24 e Nº 1.517/25.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências da Aneel.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 23 de dezembro de 2025, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', atualizando a perspectiva para negativa.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Coelce. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Ceará (área de concessão da Coelce). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de

renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2025, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.978,4 milhões, representando uma redução de R\$ 441,9 milhões em relação a 2024, explicado pelo efeito da migração de classes para o mercado livre, além da menor tarifa em vigor durante 2025 versus 2024 (tarifa média de -2,28% em 2025 vs. -1,34% em 2024).

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Coelce e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias periódicas, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias













Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.













As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

A partir de outubro de 2025 as condições começaram a ficar mais favoráveis rebaixando a bandeira para vermelha patamar 1, se mantendo assim até novembro de 2025. Com condições cada vez mais favoráveis, em dezembro se fixou a bandeira amarela.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2024 e 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35	228,45	310,30	315,54	297,32	333,39	304,02

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, o Despacho n.º 3.850 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2026. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.611,04/MWh e o valor mínimo em R\$ 57,31/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2026 com término previsto para 31 de dezembro de 2026.

Reajuste Tarifário Anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2025, Resolução Homologatória n.º 3.445/2025.

Em abril de 2025, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com um índice de reajuste de +0,06% composto por (i) reajuste econômico de +3,84%, sendo +1,31% de Parcela A, +2,53% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,78%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de -2,16%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,10%.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de *commodities* sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas

cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas nas demonstrações financeiras e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional;

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c. eventos ou operações não usuais.

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e que, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativas ao lucro líquido, como medida operacional, ou

alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos. A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
EBITDA (R\$ mil)	1.944.906

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025
(em milhares de R\$)	
(=) Lucro (prejuízo) líquido	393.974
(+) Resultado financeiro	965.296
(+) Imposto de renda e contribuição social	141.082
(-) Incentivo fiscal	121.403
(+) Depreciação e amortização	565.957
(=) EBITDA	1.944.906

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Mútuos

Com a necessidade de capital de giro, a Companhia captou novos mútuos junto a Enel Brasil S.A., conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIX	51.745	05/01/2026	04/01/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIX	51.745	07/01/2026	04/01/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XLI	113.840	20/01/2026	18/01/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XLII	230.000	20/02/2026	19/02/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

Nota Comercial – 1ª Emissão

Em 30 de dezembro de 2025 houve a emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória. O desembolso da operação ocorreu em 08 de janeiro de 2026 no montante de R\$ 1.100.000. A operação possui taxa de CDI + 0,65% a.a. e vencimento em 08 de maio de 2026.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2025
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A, o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de retenção lucro líquido, após distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, para formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi destinado R\$179.900.300,40 para reserva de reforço de capital de giro.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi retido 45,7% para reserva de reforço de capital de giro da Companhia.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2025, o estatuto social da Companhia previa que, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, respeitados os seguintes percentuais previstos no estatuto social para as ações preferenciais (i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% para as ações preferenciais classe A; e (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% para as ações preferenciais classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

<p>c. periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. Nos termos do estatuto social da Companhia, os órgãos da administração <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, podem declarar dividendos intermediários, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo art. 204 da Lei 6.404/76, mediante levantamento de balanço intermediário, sendo que os dividendos intermediários seriam deduzidos do montante dos dividendos ao encerramento de cada exercício social.</p>
<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>De acordo com os contratos de empréstimos internacionais 4131 emitidos pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide o item 2.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados a qual foi definida e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de setembro de 2020. A Política de Destinação de Resultados pode ser encontrada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página de relações com investidores da Companhia (https://ri.enel.com/publicacoes/politicas-e-codigos)</p>

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iii. contratos de construção não terminada*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as

despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*

A Companhia investiu R\$ 2,1 bilhões ao longo do ano em 2025, o que representa um aumento de 27,1% ou R\$ 441,0 milhões em relação à 2024. Tal patamar representa nível de investimento recorde na área de concessão, reforçando o compromisso da Companhia com o plano de investimentos anunciado em novembro de 2024.

Nesse período, em manutenção foram investidos R\$ 649,8 milhões, sendo grande fatia para as atividades relacionadas a manutenção corretiva. Na parte de crescimento foram investidos R\$ 291,6 milhões com destaque para atividades voltadas para assegurar a continuidade e qualidade do serviço e ao programa de redução de perdas.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2025
Manutenção	649.804
Crescimento	291.584
Novas Conexões	1.076.454
Financiado pela Companhia	2.017.842
Financiado pelo Cliente	50.144
Total Investido	2.067.987

Plano de Investimentos

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em abril do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos do Estado, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 7,4 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 53% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 4,8 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente pela Enel Ceará, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. Por ano, a previsão é de realização

de mais de 50 mil manutenções, cerca de 320 mil podas e inspeções em 90 mil pontos em todo o Estado.

No período de 2025 a 2027, a Companhia dará sequência na modernização, ampliação e construção de subestações, beneficiando cerca de 2 milhões de clientes, além da construção de mais de 170 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Adicionalmente, até 2027, cerca de 10 mil km de média e baixa tensão serão construídos, para dar apoio às estruturas e conexão de novos clientes. De material, mais de 13 mil transformadores e 123 mil postes estão sendo inseridos na estrutura atual. Na área de atendimento, a Companhia manterá o investimento durante os próximos três anos, em reforma, ampliação e climatização de novas lojas, canais digitais, autoatendimento e unidades móveis.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A geração de caixa oriunda das atividades da Coelce, é a principal fonte de recursos para suprir o custeio e os investimentos de sua operação.

Além da geração de fluxos de caixa próprio, a companhia busca também financiamentos subsidiados de bancos de fomento como BNDES e BNB, instituições de desenvolvimento, créditos de outras instituições financeiras e emissões de dívida no mercado de capitais para financiar seus investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- iv. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;*
- v. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;*
- vi. projetos em desenvolvimento já divulgados;*
- vii. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2025 a Enel Distribuição Ceará realizou 20 projetos que beneficiaram aproximadamente 484 mil pessoas, com um investimento de R\$ 31 milhões.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2025, esses investimentos ambientais somaram R\$ 39,1 milhões.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Anexo II - Proposta para Destinação do Lucro Líquido de 2025

Nos termos do Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2025	R\$ 393.974.402,94
Lucro líquido ajustado do exercício 2025 (Passível de Distribuição)	R\$ 252.972.908,57

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2025 (R\$)
Montante Global	63.243.227,14
Valor por Ação Ordinária	0,23918873
Valor por Ação Preferencial A	1,48326563
Valor por Ação Preferencial B	2,47210939

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	25%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, foi, subtraído o montante de R\$ 121.402.541,46 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos) relativo a incentivo fiscal e de R\$ 19.698.720,15 (dezenove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e vinte reais e quinze centavos) referente à reserva legal, bem como acrescido o montante de R\$ 99.767,24 (noventa e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos) referente à reversão de dividendos prescritos, totalizou o lucro líquido ajustado passível de distribuição no valor de R\$ 252.972.908,57 (duzentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois), o qual propõe-se a destiná-lo da seguinte forma: pagamento de dividendo obrigatório no valor de R\$ 63.243.227,14 (sessenta e três milhões, duzentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte e sete reais e quatorze centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado e o saldo, no valor de R\$ 189.729.681,43 (cento e oitenta e nove milhões, setecentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), o qual, deduzido o valor de R\$ 9.829.381,03 (nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e um reais e três centavos) correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), totalizando o montante de R\$ 179.900.300,40 (cento e setenta e nove milhões, novecentos mil, trezentos reais e quarenta centavos), a ser destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais classe A	Ações Preferenciais classe B
Dividendos	R\$ 0,23918873	R\$ 1,48326563	R\$ 2,47210939

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2026.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

29 de abril de 2026.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2025 (R\$)	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Lucro Líquido	393.974.402,94	464.914.368,78	315.476.397,25
Lucro Líquido por Ação	4,565065887	5,971518635	4,052086387
Lucro Líquido por Ação Ordinária	7,377518181	9,672026673	6,563135781
Lucro Líquido por Ação Preferencial A	12,62313088	16,45557305	11,16623888
Lucro Líquido por Ação Preferencial B	233,1925621	302,9425168	205,5673479

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2025 (R\$)	2024 (R\$)	2023 (R\$)
Montante Global	63.243.227,14	105.888.753,68	75.097.226,13
Valor por Ação Ordinária	0,23918873	1,35156213	0,92886564
Valor por Ação Preferencial A	1,48326563	1,35156213	0,98825403
Valor por Ação Preferencial B	2,47210939	1,78324007	1,64709005

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$19.698.720,15 (dezenove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e vinte reais e quinze

centavos)

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O Estatuto Social da companhia prevê, em seu artigo 28, que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, são asseguradas as ações preferenciais prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) para as da Classe A e 10% (dez por cento) para as de classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido passível de distribuição do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga. Eventual parcela não paga seria não cumulativa.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Dividendos Mínimo Obrigatório (25 %) ref. Lucro de 2025	Valor (R\$)
Ordinária	12.773.162,49
Preferencial A	46.293.482,81
Preferencial B	4.176.581,84

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Dividendos Mínimo por Ação	Valor (R\$)
Ordinária	0,23918873
Preferencial A	1,48326563
Preferencial B	2,47210939

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da companhia prevê, em seu artigo 29, (b) a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, respeitados os percentuais previstos no Estatuto para as ações preferenciais.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante distribuído de dividendos será correspondente ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual referente ao dividendo mínimo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 28, (ii), d) do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto.

b) Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 179.900.300,40 (cento e setenta e nove milhões, novecentos mil, trezentos reais e quarenta centavos) será destinado a reserva de reforço de capital de giro.

c) Descrever como o montante foi calculado

	31.12.2025
Lucro líquido do exercício	393.974
(-) Reserva legal	(19.699)
(-) Incentivo fiscal	(121.403)
(+) Dividendos prescritos	99
Lucro líquido do exercício ajustado	252.971
Dividendo mínimo obrigatório	(63.243)
Outros resultados abrangentes (benefício pós-emprego)	(9.829)
Reserva para reforço de capital de giro	(179.899)

O saldo do lucro líquido descontado o montante correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$189.729.681,43 (cento e oitenta e nove milhões, setecentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), deduzido o valor de R\$9.829.381,03 (nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e um reais e três centavos) correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), totalizando o montante de R\$179.900.300,40 (cento e setenta e nove milhões, novecentos mil, trezentos reais e quarenta centavos), a ser destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

O valor de R\$ 121.402.541,46 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos) será destinada à reserva de Incentivo Fiscal.

b) Explicar a natureza da destinação

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício SUDENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2025.

Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 13 da instrução CVM nº 81/2022 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 8 do formulário de referência da companhia

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor

divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia nota que, embora não possua uma política de remuneração formalmente aprovada, adota práticas de remuneração em linha com o previsto na legislação aplicável e orientações gerais do grupo Enel. Adicionalmente, as práticas de remuneração são estipuladas considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

As práticas de remuneração se aplicam aos Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e aos demais colaboradores da Companhia.

Em linha com o disposto no artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação da remuneração global e individual da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração é de competência da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Companhia nota que a remuneração do Conselho Fiscal observará o previsto na legislação aplicável.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo. A Companhia Energética do Ceará visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração individual, seja ela variável ou fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disso, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas; e
- empresas em regiões competitivas.

As pesquisas são realizadas por consultorias certificadas e reconhecidas. A coordenação do processo de análise e aplicação dos resultados práticos internamente é realizada pela área de pessoas e organização.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do Diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos Diretores Estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo (pago anualmente) e bônus de longo prazo (pagamento em 3 anos e elegibilidade conforme definido em regulamento interno da companhia), com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os Diretores Estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece à seus Diretores Estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do Diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos Diretores não Estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo pago anualmente com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os Diretores não Estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece aos seus Diretores não Estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal observa os requisitos legais aplicáveis.

Comitês

A Companhia não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração instalados. Quando instalados, caberá ao Conselho de Administração definir a composição da remuneração dos órgãos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Para a Diretoria Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Salário Base/ Pro Labore	65%	65%	61%
Bônus	33%	33%	37%
Benefícios Diretos e Indiretos	2%	2%	2%
Outros	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Para a Diretoria Não Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Não Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Remuneração fixa	78%	78%	77%
Remuneração variável	19%	19%	20%
Benefícios	3%	3%	3%
Total	100%	100%	100%

Conselho de Administração	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Remuneração por Participação em Reuniões	0%	0%	0%
Salário Base	100%	100%	100%
Total	100%	100%	100%

Conselho Fiscal	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Remuneração por Participação em Reuniões	0%	0%	0%
Salário Base	100%	100%	100%
Total	100%	100%	100%

A Companhia não possui comitês instalados ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunere seus membros.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para a Diretoria Estatutária, não estatutária e conselhos de Administração e Fiscal, a metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração é proposta pela Diretoria de Pessoas e Organização seguindo práticas do acionista controlador, considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo.

Adicionalmente a Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores referências de mercado disponíveis e para manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. Estas pesquisas consideram amostra de empresas de porte semelhante ao da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável da Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária é baseada em indicadores de desempenho de cunho econômico-financeiro relacionados à lucratividade do negócio da Companhia, medido por exemplo através do EBIT (lucro antes de juros e imposto de renda) e lucro líquido; geração de caixa, através do fluxo de caixa operacional (FFO) e o nível de despesas operacionais (OPEX), entre outros.

Ademais, na definição da remuneração variável da Diretoria Estatutária e da Diretoria não Estatutária, também são considerados aspectos relacionados à métricas ASG, tais como indicadores relacionados à segurança do trabalho, que abrange tópicos como frequência de acidentes de trabalho e ocorrências de fatalidades, em conformidade com indicadores incluídos no framework do GRI (Global Reporting Initiative).

A Companhia nota que, indicadores referentes à projetos específicos relacionados as áreas de atuação dos Diretores Estatutários também podem vir a compor a respectiva remuneração variável. Tais indicadores compõem o MBO (Management by Objectives) da Companhia. De acordo com o conceito deste programa, cada indicador de desempenho possui uma meta específica, onde existe um percentual mínimo de atingimento.

As metas individuais são definidas a nível global e desdobradas para os membros da Diretoria Estatutária, não estatutária. Os indicadores de desempenho são verificados através do acompanhamento de assuntos correlatos, no mínimo bimestralmente, quando ocorre a Reunião do Conselho de Administração presidida pela Diretoria Estatutária. A avaliação de atingimento é realizada anualmente pela Holding do Grupo.

- ii. **razões que justificam a composição da remuneração**

Os elementos que compõem a remuneração levam em conta as práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador, a fim de garantir maior atratividade e retenção de renomados administradores para a Companhia. A partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

- iii. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia renunciaram integralmente ao recebimento de remuneração relativa ao exercício de suas funções na Companhia.

- d. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Parte da Diretoria da Companhia possui remuneração (fixa e variável) suportada pelo acionista controlador.

- e. **existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	7.739.434,82	243.597,24	8.343.032,06
Benefícios direto e indireto	0,00	1.806.968,88	0,00	1.806.968,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	72.000,00	2.181.436,34	48.719,45	2.302.155,79
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos - INSS	Encargos - INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5.930.374,48	0,00	5.930.374,48
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	432.000,00	17.658.214,52	292.306,69	18.382.531,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	10	3	21
Nº de membros remunerados	2	2	3	7

Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	179.148,52	1.886.207,52	213.795,04	2.279.151,08
Benefícios direto e indireto	-	39.313,84	-	39.313,84
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	547.582,75	-	547.582,75
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos - INSS		-
Remuneração variável				-
Bônus	-	844.505,98	-	844.505,98
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação				-
Total da remuneração	179.148,52	3.317.610,09	213.795,04	3.710.553,65

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	10	3	22
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	360.000,00	2.319.561,77	243.597,24	2.923.159,01
Benefícios direto e indireto	-	59.129,08	-	59.129,08
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	699.699,85	-	699.699,85
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos - INSS		-
Remuneração variável				-

Bônus	-	959.995,32	-	959.995,32
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				-
Pós-emprego	-	47.726,67	-	47.726,67
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação				-
Total da remuneração	360.000,00	4.086.112,69	243.597,24	4.689.709,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	11	3	23,00
Nº de membros remunerados	2	3	3	8,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.926,00	3.041.073,22	243.597,24	3.525.596,46
Benefícios direto e indireto	0,00	123.564,12	0,00	123.564,12
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.569.122,85	0,00	1.569.122,85
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	240.926,00	4.733.760,19	243.597,24	5.218.283,43

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Exercício Social: valores previstos para 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7	3	17
Nº de membros remunerados				
Nº de membros remunerados	0	7	0	7
Esclarecimento	A remuneração do Conselho de Administração da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável, apenas remuneração fixa.		A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.930.374,48	-	5.930.374,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	4.744.299,58	-	4.744.299,58
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	10	3	21
Nº de membros remunerados	2	2	3	7

Esclarecimento	A remuneração do Conselho de Administração da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável, apenas remuneração fixa.		A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.190.989,48	-	1.190.989,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	992.491,23	-	992.491,23
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	844.505,98	-	844.505,98
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,00	3,00	22,00
Nº de membros remunerados	0,00	10,00	0,00	10,00
Esclarecimento	A remuneração do Conselho de Administração da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável, apenas remuneração fixa.		A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7776361,21	0,00	7.776.361,21
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6480301,01	0,00	6.480.301,01
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	11,00	3,00	23,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Esclarecimento	A remuneração do Conselho de Administração da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável, apenas remuneração fixa.		A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia não possui elementos relacionados a remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1569122,85	0,00	1.569.122,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1300405,15	0,00	1.300.405,15
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1569122,85	0,00	1.569.122,85
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, no último exercício social e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, no último exercício social plano de remuneração baseado em ações.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais plano de remuneração baseado em ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui, plano de remuneração baseado em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	31 de dezembro de 2025		
	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
De Emissão da Própria Companhia			
Ações Ordinárias	0	0	0
Ações Preferenciais Classe A	5	0	1
Ações Preferenciais Classe B	0	0	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações em forma de tabela:

Exercício social findo em 31/12/2025		
a) Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
b) Número de membros	8	10
c) Número de membros remunerados	2	2
d) Nome do plano	Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano de Contribuição Definida – Plano CD	N/A
e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1,00	N/A

f) Condições para se aposentar antecipadamente	<p>No Plano de Benefícios Definidos o participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade; 30 anos de contribuição para o INSS, se homem, e 25 anos, se mulher; 15 anos de filiação ao Plano e esteja desligado do empregador; No Plano de Contribuição Definida pode aposentar-se desde que tenha, no mínimo, 10 anos de vínculo com o empregador; 5 anos de filiação ao Plano; idade mínima de 48 anos, se mulher, e 50, se homem, e estar desligado do patrocinador.</p>	<p>N/A</p>
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	<p>R\$0,00</p>	<p>N/A</p>
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	<p>R\$675.759,95</p>	<p>N/A</p>
i) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	<p>O resgate é permitido em ambos os Planos, entretanto no Plano BD o participante só terá direito ao total de contribuições vertidas pelo próprio, enquanto no Plano CD, além de resgatar 100% das suas contribuições, o participante tem direito a uma parcela das contribuições efetuadas pelo empregador. O resgate só é permitido após o desligamento da patrocinadora (COELCE).</p>	<p>N/A</p>

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/25	31/12/24	31/12/23	31/12/25	31/12/24	31/12/23	31/12/25	31/12/24	31/12/23
Nº de membros	10,0	10,00	11,00	8,0	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,0	4,00	3,00	2,0	3,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração Real	2.045.243,99	1.994.841,19	2.185.785,25	92.205,00	120.000,00	120.926,00	79.458,46	107.970,75	81.199,08
Valor da menor remuneração Real	1.272.366,10	334.543,86	1.256.794,90	86.943,52	120.000,00	120.000,00	67.168,29	107.970,75	81.199,08

Valor médio da remuneração Real	1.658.805,05	1.021.528,17	1.886.236,48	89.547,26	120.000,00	120.463,00	71.265,01	107.970,75	81.199,08
---------------------------------	--------------	--------------	--------------	-----------	------------	------------	-----------	------------	-----------

Observações:

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal: A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração e/ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 2023	Exercício 2024	Exercício 2025	Exercício corrente
Diretoria Estatutária	22%	28%	22%	22%
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício

social corrente, de nenhum pagamento aos administradores decorrentes de serviços prestados que divergem das funções por eles ocupadas.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controlada da Companhia, como remuneração de membros do Conselho Fiscal, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

Os valores indicados referem-se a remuneração paga a Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração por controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, pelo exercício de cargo de administração em outras sociedades do grupo.

Conselho de Administração	2023	2024	2025	Previsto para 2026
Controladores Diretos e Indicadores				
Fixa	3.016.475,24	1.206.131,82	407.042,28	0,00
Variável	606.778,52	-	0,00	-

Diretoria Estatutária	2023	2024	2025	Previsto para 2026
Controladores Diretos e Indicadores				
Fixa	6.255.966,12	7.808.836,24	8.180.749,20	8.423.061,71
Variável	2.988.375,65	2.679.163,06	4.301.203,37	4.845.351,22
Sociedades sob Controle Comum				
Fixa	622.674,42	946.633,12	129.357,99	-
Variável	-	180.818,90	0,00	-

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante relacionada à esta seção 8

Anexo IV – Informações relativas aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho e Administração indicados pelos acionistas - Itens 7.3 a 7.6

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome
- b) idade
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) outros cargos ou funções exercidas no emissor
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar independência
- l) número de mandatos consecutivos
- m) informações sobre:
 - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
 - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
- n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 - i. qualquer condenação criminal
 - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
 - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador	Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Data de Início do Primeiro Mandato
Jorge Parente Frota Junior	25/05/1945	Economista	001.841.793-00	Membro efetivo Conselho Fiscal	29/04/2026	29/04/2026	Assembleia Geral Ordinária de 2027	N/A	Sim	Não	N/A	24/07/2024
Antonio Cleber Uchoa Cunha	24/10/1953	Engenheiro	053.637.133-49	Membro efetivo do Conselho Fiscal	29/04/2026	29/04/2026	Assembleia Geral Ordinária de 2027	N/A	Sim	Não	N/A	27/04/2006
Antonio Cleto Gomes	15/06/1960	Advogado	136.627.323-00	Membro suplente do Conselho Fiscal	29/04/2026	29/04/2026	Assembleia Geral Ordinária de 2027	N/A	Sim	Não	N/A	26/04/2018
Fernando Augusto Correia Cardoso Filho	11/11/1977	Advogado	748.684.893-72	Membro suplente do Conselho Fiscal	29/04/2026	29/04/2026	Assembleia Geral Ordinária de 2027	N/A	Sim	Não	N/A	30/04/2024
Marcos José Lopes	27/03/1981	Contador	089.108.327-89	Membro efetivo do Conselho Fiscal (eleito por preferencialistas)	29/04/2026	29/04/2026	Assembleia Geral Ordinária de 2027	N/A	Não	Sim	N/A	29/04/2025
André Luiz Amaral dos Santos	10/08/1982	Contador	055.028.797-39	Membro suplente do Conselho Fiscal (eleito por preferencialistas)	29/04/2026	29/04/2026	Assembleia Geral Ordinária de 2027	N/A	Não	Sim	N/A	29/04/2025

Nome	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgamento, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Jorge Parente Frota Junior	Graduado em Ciências Econômicas e Administrativas pela Universidade Federal do Ceará em 1967. Nos últimos cinco anos, atuou como membro efetivo do órgão fiscalizador da Coelce. Desde 2002, exerce o cargo de Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Desde 2003, é membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e, desde 2001, integra o Conselho Superior da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Antonio Cleber Uchoa Cunha	É graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Foi Diretor de Implantação da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (2021–2022), responsável pelo planejamento e execução de obras civis e pela gestão de contratos de engenharia para expansão do metrô e VLTs. Atuou como Secretário de Finanças de Maracanaú (2005–2013), conduzindo a elaboração orçamentária, gestão financeira, planejamento fiscal e prestação de contas. Entre 1985 e 2004, foi Sócio-Administrador da Granjas Santa Marta, com responsabilidades em gestão financeira, compras, supervisão operacional e conformidade ambiental. Também presidiu a FACIC (2000–2006), representando os setores produtivos do Ceará e promovendo articulação institucional.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A

<i>Antonio Cleto Gomes</i>	Sócio-Diretor de Cleto Gomes – Advogados Associados desde 1992.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
<i>Fernando Augusto Correia Cardoso Filho</i>	Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2000, com especializações em Direito Empresarial e Direito Processual Civil pela Fundação Escola Superior de Advocacia do Ceará (FESAC) e Pós-Graduação Lato Sensu - LL.M em Direito Corporativo pelo IBMEC, realizado em Fortaleza. É sócio-diretor do Escritório de Advocacia Meireles e Freitas Advogados Associados sediado em Fortaleza, Ceará, desde 2004. Com vasta experiência em contencioso estratégico, direito civil, empresarial e contratual, com habilidades em negociações contratuais, análise e elaboração de documentos jurídicos, além de due diligence. É especialista em recuperação de crédito tanto na esfera extrajudicial quanto judicial e possui mais de duas décadas de experiência na área, com pleno conhecimento na legislação pertinente e no Código de Defesa do Consumidor.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
<i>Marcos José Lopes</i>	Profissional formado em ciências contábeis na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua na Eletrobras desde 2006. Desde 2023 é Diretor de Contabilidade e Tributário na Eletrobras. Experiência como conselheiro fiscal em empresas do setor elétrico. MBA em Contabilidade Financeira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Programa de extensão em economia (The Minerva Program) pela The George Washington University – School of Business.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
<i>André Luiz Amaral dos Santos</i>	Profissional formado em ciências contábeis na Universidade Federal Fluminense e MBA Executivo em Finanças pela Faculdade de Economia e Finanças Ibmecc. Atua na Eletrobras como Gerente Executivo de Contabilidade Geral e Controles desde setembro de 2023. Além disso, possui experiência em conselhos fiscais de várias empresas do setor elétrico, dentre elas, Companhia Energética Sinop, CEB Lajeado, Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf e Amazonas Geração e Transmissão de Energia – Amazonas GT.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há



d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

- O Sr. Marco Fadda, indicado para o cargo de membro efetivo Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da Enel Brasil S.A. desde 20/12/2024;
- O Sr. Antonio Scala, indicado para o cargo de membro efetivo Conselho de Administração da Companhia, é Diretor-Presidente e Diretor de Relações Externas e Sustentabilidade da Enel Brasil S.A., desde 20/12/2024
- O Sr. Francesco Tutoli, indicado para o cargo de membro efetivo Conselho de Administração da Companhia, é Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle da Enel Brasil S.A., desde 20/12/2024
- A Sra. Marja Ozolins dos Santos indicada para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Enel Brasil S.A desde 20/12/2024
- O Sr. Alain Rosolino, indicado para o cargo de membro suplente Conselho de Administração da Companhia, é Diretor de Pessoas e Organização, da Enel Brasil S.A., desde 20/12/2024
- A Sra. Anna Paula Hiotte Pacheco, indicada para o cargo de membro suplente Conselho de Administração da Companhia, é Diretora de Regulação da Enel Brasil S.A., desde 20/12/2024
- O Sr. Guilherme Gomes Lencastre, indicado para o cargo de membro suplente Conselho de Administração da Companhia, é membro efetivo do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A. desde 29/04/2022

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

d. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.